

Lei Nº1.183/2014

“Dispõe sobre o cumprimento das obrigações de oferta de moradia e alimentação pelo Município de Angelina aos médicos participantes do projeto “MAIS MÉDICOS PARA O BRASIL”, nos termos da Portaria Interministerial Nº 1.369/MS/MEC, de 8 de julho de 2013 ,e dá outras providências”.

José Nilton da Silva, Prefeito Municipal de Angelina, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei estabelece parâmetros mínimos e procedimentos a serem observados pelo Município de Angelina em decorrência da efetivação da adesão ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, no cumprimento dos deveres e exercício das competências que lhes são inerentes, em conformidade com a Portaria Interministerial/ MS/MEC Nº 1.369, de 8 de julho de 2013, em especial nos arts. 9º, 10, 11, quanto à recepção, deslocamento, garantia de moradia, alimentação e água potável aos médicos participantes do Projeto.

CAPÍTULO II DO FORNECIMENTO DE MORADIA AOS MÉDICOS PARTICIPANTES

Art. 2º O Município de Angelina assegurará o fornecimento de moradia aos médicos participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil através das seguintes modalidades:

- I - imóvel físico;
- II - recurso pecuniário; ou
- III - acomodação em hotel/pousada.

§ 1º As modalidades de que tratam os incisos I e II deste artigo devem ser prioritárias nas situações em que o médico participante esteja acompanhado dos familiares.

§ 2º Na modalidade prevista no inciso I deste artigo, o imóvel poderá ser do patrimônio do Município de Angelina ou por ele locado e deverá ter padrão suficiente para acomodação do médico e seus familiares.

§ 3º Na modalidade de que trata o inciso II deste artigo, o Município de Angelina adotará como referência de quantificação do recurso pecuniário, para locação de imóvel e despesas que lhe são inerentes, em padrão suficiente para acomodar o médico e seus familiares, o valor R\$ 1.500,00 (*um mil e quinhentos reais*) mensais.

§4º Na modalidade prevista no inciso III, o Município de Angelina deverá disponibilizar acomodação em hotel ou pousada para os médicos participantes, mediante anuência destes, por escrito, quanto à aceitação por esta opção de moradia, em detrimento daquelas previstas nos incisos I e II deste artigo.

Art. 3º A oferta de moradia pelo Município de Angelina aos médicos participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil deverá atender às condições mínimas de habitabilidade e segurança, bem como o perfil do município e padrão médio da localidade.

Art. 4º São critérios para aferição de condições mínimas de habitabilidade:

I - infraestrutura física e sanitária do imóvel em boas condições;

II - disponibilidade de energia elétrica;

III - abastecimento de água.

§1º Os critérios previstos neste artigo devem ser assegurados em qualquer das modalidades de oferta de moradia de que trata o art. 2º desta Lei.

§2º A moradia deve ser disponibilizada em plenas condições de uso para o médico participante quando da chegada deste ao Município de Angelina para início das atividades.

Art. 5º A ajuda de custo de que tratam os §§ 3º e 4º do art. 22 da Portaria Interministerial/MS/MEC Nº 1.369, de 8 de julho de 2013, destinada à compensar as despesas de instalação do médico participante, pode ser utilizada pelo mesmo para ajustar a moradia fornecida às suas necessidades.

CAPÍTULO III DA RECEPÇÃO E DESLOCAMENTO DOS MÉDICOS PARTICIPANTES

Art. 6º O Município de Angelina assegurará a recepção e o deslocamento dos médicos participantes, desde o aeroporto mais próximo até as respectivas moradias, quando da chegada destes para início das atividades.

Art. 7º O Município de Angelina deve disponibilizar transporte adequado e seguro para o médico participante deslocar-se ao local de desenvolvimento das atividades de rotina do Projeto, quando necessário.

CAPÍTULO IV DO FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO E ÁGUA POTÁVEL

Art. 8º O Município de Angelina assegurará o fornecimento de alimentação ao médico participante, mediante:

I - recurso pecuniário; ou

II - *in natura*.

Art.9º Optando-se pelo fornecimento de alimentação através da disponibilização de recurso pecuniário, deverá Município de Angelina adotar como parâmetro de quantificação o valor de R\$ 500,00 (*quinhentos reais*) mensais.

Art.10. Caso o Município de Angelina opte pelo fornecimento da alimentação *in natura* recomenda-se observar o "Guia alimentar para a população brasileira: promovendo a alimentação saudável" do Ministério da Saúde (Secretaria de Atenção à Saúde, Coordenação-Geral da Política de Alimentação e Nutrição. Brasília: Ministério da Saúde, 2006).

Art.11. O Município de Angelina deverá assegurar meios para que o médico participante possa dispor de água potável no decorrer de suas atividades no Projeto Mais Médicos para o Brasil.

CAPÍTULO V DOS PROCEDIMENTOS DE INFORMAÇÃO AO MINISTÉRIO DA SAÚDE

Art. 12. O Município de Angelina deverá informar ao Ministério da Saúde, por meio de sistema de gerenciamento de programa-SGP, no link <http://maismedicos.saude.gov.br>, qual a modalidade de moradia está sendo ofertada aos médicos participantes.

Art. 13. Caso necessário modificar a moradia disponibilizada para o médico participante, o Município de Angelina terá um prazo de até 60 (sessenta) dias, a partir da data de chegada do médico ao Município, para efetivar a alteração, que deverá ser atualizada no sistema informatizado.

Art. 14. Circunstâncias eventuais que ensejem a alteração da moradia deverão ser deliberadas em conjunto pelo gestor e pelo médico participante e informada no sistema de gerenciamento de programas - SGP.

Art. 15. Adotando a modalidade prevista no art. 2º, inciso II, da presente Lei, o Município de Angelina deverá informar ao médico participante e ao Ministério da Saúde o valor do recurso pecuniário, bem como o prazo e forma em que o mesmo estará disponível ao médico participante.

Art. 16. O Município de Angelina deverá informar ao Ministério da Saúde, através do sistema de gerenciamento de programas-SGP, no link <http://maismedicos.saude.gov.br>, os locais e endereços disponíveis para acomodações na modalidade prevista no art. 2º, III, da presente Lei.

Art. 17. Todas as informações pertinentes aos benefícios de que trata esta Lei devem ser atualizadas pelo ente federativo no sistema de gerenciamento de programas-SGP, no link <http://maismedicos.saude.gov.br>.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18. Nos casos em que o médico participante, por motivo alheio à sua vontade, não cumprir com as obrigações decorrentes de sua participação no Projeto, que resultarem no seu afastamento, por deliberação da Coordenação, não lhe será devido o pagamento das ajudas de custo concedidas nesta Lei, enquanto perdurar o fato impeditivo.

Art. 19. As despesas a que se refere esta Lei serão classificadas conforme respectivas composições das peças orçamentárias do Município de Angelina.

Art. 20. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Angelina, 24 de Fevereiro de 2014

José Nilton da Silva
Prefeito Municipal